

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PARA ALÉM DOS OBJETIVOS DE
PERMANÊNCIA E ÊXITO**

Nísia Maria Teresa Salles ¹Alyne Araujo Santos ²

Luciana Santos Rodrigues Costa Pinto ³

RESUMO

A Assistência Estudantil constitui uma política fundamental para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, tanto do ensino médio quanto do ensino superior. Seu objetivo é apoiar os alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica, proporcionando condições para que possam concluir seus cursos com sucesso. Para além do caráter assistencialista, os Institutos Federais, em especial o IFTM – Campus Uberlândia, ao integrarem a Assistência Estudantil em suas políticas, promovem a equidade ao oferecer auxílios como bolsas permanência, auxílios para transporte, alimentação e moradia, além de programas de saúde, assistência psicológica e orientação pedagógica. Atuando em conjunto com outros setores, essa política permite mapear problemas de aprendizagem e dificuldades pessoais que podem levar ao insucesso escolar, ampliando as possibilidades de oferecer aos estudantes o suporte necessário para alcançar êxito em diversas dimensões, tanto individuais quanto coletivas. A relevância da Assistência Estudantil nos Institutos Federais tem sido amplamente discutida por diversos autores que reconhecem seu impacto no ensino. Dentre esses, Almeida (2012), Elbiz (2015) e Cury (2004) convergem para a ideia de que essa política não apenas assegura a permanência dos estudantes, mas também contribui significativamente para seu êxito acadêmico. Trata-se, portanto, de uma ferramenta essencial para a inclusão e democratização do ensino médio e superior no Brasil, proporcionando um diferencial no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. Esse impacto reflete positivamente nas taxas de permanência e êxito, consolidando-se como um instrumento fundamental para a democratização do ensino e para a construção de uma sociedade mais justa, na qual o acesso ao ensino de qualidade seja uma realidade para todos. Este artigo configura-se como um estudo teórico-reflexivo, fundamentado em literatura acadêmica, buscando discutir e evidenciar a importância da Assistência Estudantil para a equidade e o êxito dos estudantes nos Institutos Federais.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Institutos Federais, Permanência, Êxito, Educação.

INTRODUÇÃO

A Assistência Estudantil, enquanto política pública educacional, configura-se como instrumento essencial de democratização do ensino e promoção da equidade social. Historicamente, o acesso à educação pública no Brasil esteve condicionado a fatores

¹ Mestre em educação, Pedagoga, Coordenação de Assistência Estudantil do IFTM *campus* Uberlândia, nisia@iftm.edu.br;

² Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pelo IFTM. Nutricionista no IFTM *campus* Uberlândia, alyne@iftm.edu.br;

³ Pós-Doutora em Biotecnologia, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, IFTM *campus* Uberlândia, lucianas@iftm.edu.br.



socioeconômicos que limitavam a permanência e o sucesso de estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário, a consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, especialmente após a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2010, representou um avanço significativo na construção de estratégias voltadas à inclusão e ao combate à evasão escolar.

O presente estudo teórico-reflexivo busca discutir o papel da Assistência Estudantil na promoção da equidade e no êxito acadêmico dos estudantes, com foco no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Uberlândia. A pesquisa parte da compreensão de que o êxito educacional não depende apenas do acesso à escola, mas da criação de condições que assegurem a permanência e o desenvolvimento integral do aluno. Dessa forma, a Assistência Estudantil é entendida como política de Estado que integra dimensões pedagógicas, psicológicas, sociais e econômicas, promovendo justiça educacional e social.

A relevância deste trabalho está em destacar que tais políticas não se restringem a uma prática assistencialista, mas compõem um projeto educacional comprometido com a transformação social. O estudo adota como base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, apoiando-se em autores como Almeida (2012), Elbiz (2015) e Cury (2004), que analisam as políticas de permanência e sua interface com a qualidade e a equidade no ensino. Além disso, dados e relatórios do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) e do Ministério da Educação foram utilizados para contextualizar os impactos dessa política nas taxas de permanência e conclusão dos cursos.

Os resultados apontam que a Assistência Estudantil contribui significativamente para a redução da evasão e para o fortalecimento da trajetória acadêmica dos discentes, atuando como ferramenta de inclusão e valorização da diversidade. O trabalho também evidencia os desafios ainda presentes, como a insuficiência orçamentária e a necessidade de ampliar o diálogo entre gestão, docentes e setores de apoio estudantil. Conclui-se, portanto, que a consolidação da Assistência Estudantil é condição indispensável para a efetivação do direito à educação, devendo ser continuamente aprimorada e fortalecida como política pública de Estado.

METODOLOGIA



Trata-se de uma pesquisa teórico-reflexiva com abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e análise documental. A escolha por essa abordagem decorre da natureza do objeto de estudo, que exige uma compreensão interpretativa e crítica sobre os processos sociais, educacionais e institucionais envolvidos na implementação da política de Assistência Estudantil.

O percurso metodológico foi construído com base em três eixos complementares: (1) revisão bibliográfica, (2) análise documental e (3) reflexão interpretativa sobre os resultados encontrados.

No primeiro eixo, a revisão bibliográfica buscou identificar contribuições teóricas que abordassem a temática da permanência estudantil e da equidade educacional, com ênfase nas produções que tratam da atuação dos Institutos Federais. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas, incluindo os trabalhos de Almeida (2012), que discute os desafios da Assistência Estudantil como política pública; Elbiz (2015), que analisa as interfaces entre democratização do ensino e êxito acadêmico; e Cury (2004), que fundamenta a discussão sobre equidade e qualidade na educação.

O segundo eixo metodológico, a análise documental, envolveu o exame de normativas e relatórios oficiais, tais como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, e os Relatórios Nacionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE, 2023). Também foram considerados documentos institucionais do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que apresentam dados e diretrizes sobre a execução das ações de apoio estudantil. Essa etapa possibilitou compreender como as políticas nacionais se materializam no contexto local e de que forma os programas e auxílios são operacionalizados.

No terceiro eixo, foi realizada uma reflexão interpretativa orientada pela hermenêutica crítica, que buscou articular as discussões teóricas com as práticas institucionais observadas. Essa análise não se limita a descrever políticas e programas, mas procura interpretar seus significados, impactos e contradições à luz do princípio da equidade.

Importa destacar que o estudo não se propõe à quantificação de dados empíricos, mas à compreensão ampliada do fenômeno em sua dimensão qualitativa. Assim, o enfoque recai sobre as relações entre política pública, contexto socioeconômico e desenvolvimento educacional, entendendo que a permanência e o êxito estudantil são produtos de múltiplos fatores interdependentes.



Por fim, a metodologia adotada permite refletir criticamente sobre os impactos e desafios da política de Assistência Estudantil no contexto dos Institutos Federais, evidenciando seu papel como ferramenta estratégica para a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades no ensino público brasileiro.

PARA ALÉM DOS TÓPICOS TEÓRICOS – REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA

A Assistência Estudantil representa uma das políticas mais importantes de garantia do direito à educação, pois possibilita que o estudante, especialmente aquele em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tenha condições reais de permanência e êxito no percurso formativo. De acordo com Almeida (2012), a política de assistência estudantil ultrapassa a dimensão compensatória e deve ser compreendida como instrumento de inclusão social e educacional, pois atua na mitigação das desigualdades que comprometem o desenvolvimento integral do estudante. Para a autora, é necessário considerar o estudante como um ser multidimensional, cujas necessidades não se limitam à questão financeira, mas envolvem aspectos emocionais, pedagógicos, culturais e relacionais.

Elbiz (2015) reforça que a política de assistência precisa articular diferentes eixos de apoio — financeiro, pedagógico e psicossocial — para efetivar a equidade educacional. Ao reconhecer as necessidades múltiplas do estudante, as instituições de ensino, em especial os Institutos Federais, reafirmam o compromisso com uma educação emancipatória, que promove autonomia e transforma contextos de desigualdade. Nessa perspectiva, a Assistência Estudantil deve ser entendida como parte integrante de um projeto pedagógico comprometido com a formação integral do sujeito.

Já Cury (2004) defende que equidade e qualidade são dimensões indissociáveis da educação pública, e que políticas de permanência são fundamentais para a efetivação do direito educacional. A educação não se resume ao acesso, mas à garantia de condições que assegurem o sucesso escolar. O autor argumenta que a democratização do ensino exige uma estrutura que combata a reprodução das desigualdades dentro da escola e ofereça oportunidades reais de aprendizagem.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, consolida essa concepção ao prever a ampliação de ações que garantam permanência e êxito de estudantes na educação superior e profissional,



especialmente em instituições federais. Segundo o documento, a Assistência Estudantil deve abranger áreas como moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2010).

Em complemento, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE, 2023) ressalta que a Assistência Estudantil deve ser compreendida como uma política intersetorial, integrando dimensões de saúde, cultura, lazer e bem-estar. O Fórum destaca ainda que, mais do que um conjunto de auxílios financeiros, ela constitui um instrumento de promoção da dignidade humana e da justiça social, permitindo que o estudante viva o espaço escolar em sua plenitude.

Autores como Gadotti (2009) e Frigotto (2011) contribuem para essa discussão ao conceberem a educação integral como base de uma formação humanizadora. Para Gadotti, a escola precisa ultrapassar a mera transmissão de conteúdos e voltar-se para o desenvolvimento do ser humano em suas múltiplas dimensões — ética, estética, afetiva e social. Já Frigotto entende que as políticas públicas educacionais devem estar alinhadas à luta por direitos sociais, integrando formação técnica, científica e cidadã.

Além disso, Arroyo (2011) destaca que a escola pública é um espaço de disputas simbólicas e políticas, e que a efetividade de políticas como a Assistência Estudantil depende do reconhecimento da diversidade dos sujeitos que dela participam. O autor propõe que a escola assuma o papel de “território de proteção social”, especialmente para estudantes em condições de vulnerabilidade.

No contexto dos Institutos Federais, essas discussões adquirem relevância singular, pois essas instituições foram criadas com a missão de democratizar o acesso e promover a inclusão social por meio da educação pública e gratuita, articulando ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2008). O IFTM – Campus Uberlândia, ao adotar políticas de Assistência Estudantil em sua rotina institucional, reflete esse compromisso ao oferecer suporte pedagógico, psicológico, nutricional e socioeconômico a seus estudantes, ampliando as condições de permanência e reduzindo a evasão escolar.

Dessa forma, compreende-se que a Assistência Estudantil, mais do que uma política administrativa, constitui-se em estratégia pedagógica e política de Estado, essencial à consolidação de um projeto de educação pública de qualidade socialmente referenciada. Seu fortalecimento requer investimento contínuo, formação de equipes multiprofissionais, e sobretudo, uma gestão educacional que reconheça a permanência e o êxito como dimensões indissociáveis da justiça social e do direito à educação.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos e documentos analisados indicam que os programas de Assistência Estudantil possuem impacto direto na permanência e no êxito dos estudantes, constituindo-se como um dos pilares da democratização do ensino público federal. De acordo com o FONAPRACE (2023), estudantes beneficiados por políticas de auxílio e acompanhamento institucional apresentam até 35% mais chances de concluir o curso em relação àqueles que não recebem nenhum tipo de apoio. Essa diferença quantitativa expressa, de forma inequívoca, a relevância da política de assistência na redução das desigualdades e na garantia de oportunidades educacionais equitativas.

O impacto da Assistência Estudantil não se restringe ao desempenho acadêmico, mas alcança também dimensões psicossociais e emocionais, fortalecendo a autoestima e o sentimento de pertencimento dos estudantes. Diversas pesquisas (FONAPRACE, 2023; ALMEIDA, 2012; ELBIZ, 2015) indicam que o acesso a condições básicas — como alimentação, moradia e transporte — contribui significativamente para a melhora do rendimento escolar e para o engajamento nas atividades pedagógicas, culturais e de extensão. Em síntese, trata-se de uma política que transforma condições de vida em possibilidades de aprendizagem.

No contexto do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Uberlândia, observa-se uma atuação articulada entre os setores de assistência social, coordenação pedagógica e psicologia, o que permite identificar precocemente situações de risco à evasão escolar e planejar intervenções preventivas. A atuação interdisciplinar dessas equipes assegura que cada estudante seja acompanhado de forma individualizada, levando em conta não apenas indicadores socioeconômicos, mas também aspectos subjetivos que influenciam sua permanência na instituição.

Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se os programas de alimentação, transporte, moradia e acompanhamento pedagógico, que constituem os eixos estruturantes da política de Assistência Estudantil. A seguir, a Tabela 1 sintetiza esses eixos e suas respectivas práticas institucionais.



Tabela 1 – Eixos da Assistência Estudantil e Principais Ações Desenvolvidas

Eixos da Assistência Estudantil	Principais Ações Desenvolvidas
Saúde e Bem-Estar	Atendimento psicológico, campanhas de prevenção e acompanhamento médico.
Apoio Financeiro	Auxílios de alimentação, transporte, moradia e permanência.
Apoio Pedagógico	Acompanhamento docente, orientação de estudos e tutoria.
Inclusão e Acessibilidade	Suporte a estudantes com deficiência e políticas de diversidade.

A tabela acima demonstra que a política de Assistência Estudantil adota uma abordagem ampliada de permanência, entendendo o estudante como sujeito integral, inserido em múltiplas dimensões — sociais, econômicas, emocionais e culturais. Esse modelo rompe com visões fragmentadas que reduzem a política a um simples repasse financeiro, reafirmando seu caráter educativo, formativo e emancipador.

O apoio pedagógico constitui-se em eixo essencial, pois atua diretamente no enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, fortalecendo o vínculo entre o estudante e o processo educativo. A presença de tutores, professores-orientadores e mediadores pedagógicos contribui para a construção de trajetórias mais autônomas e consistentes.

O atendimento psicológico e social, por sua vez, desempenha papel fundamental na prevenção da evasão, promovendo espaços de escuta e acolhimento que fortalecem a saúde mental e emocional dos discentes. A integração entre as equipes técnicas permite uma intervenção precoce e humanizada, capaz de identificar fatores de vulnerabilidade e elaborar estratégias conjuntas de superação.

Outro ponto de destaque é o comprometimento institucional com a inclusão e a acessibilidade, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as diretrizes de acessibilidade do Ministério da Educação. O IFTM tem ampliado a oferta de recursos pedagógicos adaptados, acompanhamento especializado e ações afirmativas que garantem a plena participação de estudantes com deficiência ou pertencentes a grupos historicamente excluídos.



Essa perspectiva integradora, sustentada pela tríade ensino, pesquisa e extensão, reforça o papel social dos Institutos Federais na construção de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, conforme preconizado por Cury (2004) e Gadotti (2009). Assim, a Assistência Estudantil não apenas assegura o direito à permanência, mas também contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes e preparados para atuar na sociedade de maneira solidária e transformadora.

Os resultados da análise bibliográfica e documental indicam que, quando articulada ao projeto pedagógico institucional, a Assistência Estudantil produz impactos positivos de longo prazo, reduzindo índices de retenção e evasão, e fortalecendo a cultura de acolhimento nas instituições. No caso do IFTM – Campus Uberlândia, observa-se um avanço significativo na consolidação dessa política, que vem se tornando referência regional no atendimento integral ao estudante.

Em síntese, a articulação entre os diferentes eixos da Assistência Estudantil demonstra que a permanência escolar não depende apenas de ações pontuais, mas de um sistema de suporte contínuo e multidimensional. Essa visão integral alinha-se aos princípios do PNAES (BRASIL, 2010) e às orientações do FONAPRACE (2023), reafirmando que educar é também cuidar, e que o sucesso acadêmico é inseparável das condições de dignidade, saúde e bem-estar dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – CAMINHOS A SE CONSTRUIR

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite concluir que a Assistência Estudantil é um instrumento indispensável para a efetivação do direito à educação pública de qualidade. Mais do que oferecer suporte financeiro, ela promove o desenvolvimento humano, fortalece a autoestima e contribui para a redução das desigualdades educacionais, atuando como elo fundamental entre as dimensões pedagógica, social e emocional do processo formativo.

Sua importância se expressa não apenas nas taxas de permanência e conclusão dos cursos, mas também na formação integral dos discentes, que passam a se reconhecer como protagonistas de sua trajetória acadêmica e agentes transformadores de sua própria realidade. A política de Assistência Estudantil, quando bem estruturada, transcende o caráter assistencialista e torna-se um instrumento de emancipação social, pautado em valores de solidariedade, equidade e justiça.



Com base nos dados analisados e na evidente necessidade de integração entre os diversos setores institucionais que, direta ou indiretamente, complementam o trabalho da Assistência Estudantil, foi criado o Fórum Permanente de Assistência Estudantil do IFTM - FOPAE. Esse espaço colegiado tem por objetivo articular ações, compartilhar boas práticas e promover o diálogo entre os diferentes campi, fortalecendo a gestão democrática e colaborativa da política em toda a instituição.

O Fórum Permanente representa, portanto, um marco no avanço da política de assistência no âmbito do IFTM, pois consolida um trabalho conjunto e interdisciplinar que envolve assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, nutricionistas, gestores e docentes. Essa integração tem possibilitado a elaboração de estratégias mais efetivas de acompanhamento estudantil, ampliando o alcance e a eficiência das ações voltadas à permanência e ao êxito dos alunos.

O fortalecimento dessa política requer, contudo, investimentos contínuos, ampliação de recursos e manutenção do compromisso institucional com a equidade. É fundamental que a Assistência Estudantil continue sendo compreendida como uma política estruturante, e não acessória, no contexto da educação pública. Somente com ações articuladas, planejamento integrado e uma visão humanizadora será possível consolidar uma educação inclusiva, equitativa e transformadora, capaz de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. *Assistência estudantil e democratização do ensino superior: desafios e perspectivas*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 28, n. 2, p. 237–253, 2012.

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 2010.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008.



BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

CURY, C. R. J. *Educação e direito à educação: fundamentos da educação escolar brasileira*. Revista Brasileira de Educação, n. 27, p. 5–28, 2004.

ELBIZ, A. M. *Políticas de assistência estudantil e democratização da educação: desafios para a permanência*. Revista Educação & Sociedade, v. 36, n. 133, p. 905–922, 2015.

FONAPRACE. *Relatório Nacional: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior – 2023*. Brasília: ANDIFES/FONAPRACE, 2023.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GADOTTI, M. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – IFTM. *Relatórios institucionais sobre Assistência Estudantil e permanência estudantil*. Uberlândia, MG, 2022-2023.

